



## AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS LICENCIATURAS: O QUE DIZEM OS CURRÍCULOS ANUNCIADOS

Joana Célia dos Passos<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo apresenta o resultado de um trabalho realizado em 2011, que teve como objetivo analisar oferta de disciplinas e conteúdos que possibilitem discussões e estudos sobre as relações étnico-raciais em cursos de licenciaturas de Santa Catarina - SC. Para este texto, foram analisados os projetos pedagógicos dos cursos de História e Pedagogia de dez universidades catarinenses, com a intenção de identificar quais as configurações curriculares os cursos têm assumido em relação à educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Percebemos que, embora tenham se passado dez anos da alteração na LDB 9394/96 pela Lei 10639/03, ainda assim, as universidades de SC não apresentam resultados satisfatórios na inserção dos conhecimentos requeridos pela atual legislação em seus projetos de cursos.

**Palavras-chave:** Formação de professores; Currículo; Relações étnico-raciais.

### ETHNIC RACIAL RELATIONSHIP IN TEACHING DEGREE: WHAT THE ANNOUNCED CURRICULUMS SAY

#### ABSTRACT

This article presents the result from a work performed in 2011, which had as aim to analyze the offer of disciplines and contents that allow arguments and studies about ethnic-racial relationship in teaching degrees courses in Santa Catarina - SC. For this text, it was analyzed pedagogical projects of History and Pedagogy graduation of ten universities of Santa Catarina, in order to identify what curricular configuration the courses have presupposed related to the education of ethnic-racial relationship and the teaching of History and afro-Brazilian culture, as well as African culture. It was possible noticed that even after ten years of change in LDB 9394/96 by the Law 10639/03, the universities from SC have no presented good results in the insertion of requested knowledge by current legislation in their project of courses.

**Keywords:** Teaching training; Curriculum; Ethnic-racial relationship.

### RELACIONES ÉTNICO RACIALES EN CURSOS DE GRADUACIÓN EN EL CAMPO EDUCACIONAL: QUE DICEN LOS CURRÍCULOS ANUNCIADOS

#### RESUMEN

Este artículo presenta el resultado de un trabajo realizado en 2011, cuyo objetivo era analizar la oferta de disciplinas e contenidos que puedan posibilitar discusiones y estudios sobre las relaciones étnico raciales en los cursos de graduación en el campo educacional en Santa Catarina - SC. Para este texto fueron analizados los proyectos pedagógicos de los cursos de Historia y Pedagogía de diez universidades de Santa Catarina, con el objetivo de identificar cuales configuraciones curriculares los cursos tienen asumido en relación a la educación de las relaciones étnico raciales y el ensino de historia y cultura afro-brasileña y africana. Percibimos que aunque han transcurrido diez años de los cambios en la LDB 9394/96 por medio de la ley 10639/03, las universidades de SC no han presentado

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Professora da UFSC. Pesquisadora em Educação e Relações Étnico-raciais. E-mail: <passos.jc@gmail.com>.



resultados satisfactorios en la inserción de conocimientos requeridos por la actual legislación en sus proyectos de cursos.

**Palabras-clave:** Formación de profesores; Currículo; Relaciones étnico raciales.

## Introdução

A partir da alteração na LDB 9394/96 pela Lei 10.639 em 09 de janeiro de 2003<sup>2</sup> tornou-se obrigatório em todas as escolas de ensino fundamental e médio do país a educação o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Esta Lei é resultado das lutas, denúncias e pressões históricas do movimento negro<sup>3</sup> por uma educação que possibilite o direito às crianças, jovens e adultos se apropriarem da história do Brasil na perspectiva da participação ativa do movimento negro como principal ator social.

Nos anos de 1990 alguns estados e municípios brasileiros aprovaram e instituíram leis semelhantes. Em Santa Catarina, por exemplo, a atuação do movimento negro articulado a parlamentares resultou na aprovação da inclusão do conteúdo “História Afro-brasileira” nos currículos escolares em quatro municípios: Itajaí, Lei 2.830/93; Florianópolis, Lei 4446/94; Tubarão, Lei 1.864/94 e Criciúma 3.410/97. No entanto, o pouco investimento, o não reconhecimento por parte do poder público da importância dessa política, a descontinuidade das políticas nos municípios e, por certo, a influência do mito da democracia racial fez com que estas leis caíssem no esquecimento de gestores e educadores (PASSOS, 2008). Entretanto, entidades do movimento negro catarinense mantiveram-se formulando e desenvolvendo estudos e formação a pedido de escolas e professores que se deparavam com as questões étnico-raciais e que tinham dificuldades em construir mediações pedagógicas para estas<sup>4</sup>.

A inclusão dos conhecimentos sobre a história e cultura afro-brasileira e africana no âmbito do currículo escolar representa um avanço político e pedagógico na história da educação e da escola brasileira. Para situar essa afirmação é preciso contextualizar os

---

<sup>2</sup> A Lei 10639/03 é considerada por nós uma política afirmativa. Essa Lei foi alterada pela Lei 11645/2008 passando a incorporar também as histórias e culturas dos povos indígenas. Aqui nesse artigo nos referimos exclusivamente à LDB.

<sup>3</sup> Sobre o protagonismo do movimento negro em relação à Lei 10639/03 consultar SANTOS (2005).

<sup>4</sup> A esse respeito consultar Lima (2004) e Passos e Silva (2010).

cenários políticos que propiciaram que esses conhecimentos fossem colocados em pauta. Em primeiro lugar destacamos a atuação do movimento social negro que a partir dos anos finais da década de 1970, coloca na arena política a questão racial como estruturante das relações sociais e econômicas e questiona o Estado brasileiro passando a exigir a implementação de políticas e ações que interfiram na redução das desigualdades educacionais<sup>5</sup>. Com isso, a escola brasileira que teve como um dos principais pilares de estruturação do sistema educacional uma orientação eugênica e uma prática homogeneizadora (DÁVILA, 2006) vai se constituir para o movimento negro na principal instituição de reivindicação para o exercício da diversidade<sup>6</sup> como direito.

Outro aspecto que merece destaque é a crescente intervenção de organismos internacionais nas políticas educacionais brasileiras. Moisés (2002) citado por Rodrigues (2010) ao analisar a relação entre diversidade cultural e desenvolvimento nas Américas constatou que a diversidade tem sido objeto de informes e resoluções de organismos internacionais como a UNESCO<sup>7</sup> desde 1995, quando essa instituição a incluiu em seu Plano de Ação como um condicionante ao desenvolvimento dos países. Uma possível leitura é que há uma tentativa teórica e política de resposta ao agravamento dos conflitos entre grupos sociais de diferentes culturas e etnias e raças<sup>8</sup> e de acolhida às demandas dos movimentos sociais: negro, feminista, indígena, LGBT<sup>9</sup>, entre outros, que reivindicam há algumas décadas o reconhecimento social e político de suas lutas. Acrescente-se a isso a adesão do Estado brasileiro às políticas neoliberais cujos princípios e ações são transpostos para a educação a partir da reforma educacional efetivada a partir dos anos 90 do século XX.

Também em âmbito internacional é preciso considerar o fato de o Brasil ser signatário das Resoluções da III Conferência Internacional sobre o Racismo, Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, ocorrida em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. O Programa de Ação daquela conferência não somente reconheceu o racismo e o combate à discriminação racial, xenofobia e intolerância como responsabilidade primordial dos Estados, como também incentivou a elaboração de planos de ações nacionais

---

<sup>5</sup> A esse respeito consultar Gomes (2011).

<sup>6</sup> Consideramos aqui a diversidade como a construção social, histórica e política das diferenças (GOMES, 2007)

<sup>7</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>8</sup> Esse conceito é aqui utilizado como uma categoria de interpretação sócio-político-cultural, sem qualquer sentido biológico e científico do termo.

<sup>9</sup> Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

para a promoção da diversidade, igualdade de oportunidades, participação e justiça social e, ainda, instou os Estados para que implementem programas de ações afirmativas para promover o acesso de grupos de indivíduos que são ou podem vir a ser vítimas de discriminação racial.

A divulgação de pesquisas acadêmicas e oficiais (de governo) explicitando as desigualdades na escolarização de grupos que têm sido discriminados na sociedade brasileira é outro aspecto que em nossa avaliação integra o contexto pró-ações afirmativas na educação. Já nos décadas 1980 e 1990 as pesquisas acadêmicas explicitavam as desigualdades no processo de escolarização e denunciavam a instituição escolar brasileira também como reprodutora das desigualdades raciais. Os estudos de Fúlvia Rosemberg (1987, 1991, 1996, 1999), Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1988) referente às assimetrias educacionais entre grupos sócio raciais distintos; os estudos de Ana Célia da Silva (1988, 1999) sobre a discriminação do negro no livro didático e Eliane Cavalleiro (2000) sobre o racismo na educação infantil entre outros, são notórios exemplos daquele momento. Dados divulgados por organismos de Estado como o IPEA<sup>10</sup> (2001) e o IBGE<sup>11</sup> também apontam indicadores de desigualdades na escolarização entre brancos e negros.

Evidencia-se com a exposição acima que as influências curriculares na perspectiva da diversidade étnico-racial advêm de diferentes frentes e estas vão caracterizando a política educacional como um “fenômeno que se produz no contexto das relações de poder expressas na *politics* e, portanto, no contexto das relações sociais que plasmam as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade e no nosso objeto” (AZEVEDO, 2001, p. 2).

Diante desse contexto nos anos 2000 além da lei 10.639/03 foram aprovados o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 que regulamentam e instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E para potencializar a educação das relações étnico-raciais em todo o sistema educacional, em 2009 foi lançado o Plano Nacional de Implementação das referidas diretrizes, cujo documento apresenta as atribuições e metas

---

<sup>10</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

<sup>11</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

para cada sistema de ensino (federal, estadual e municipal) por nível e modalidade; e também, para os sujeitos sociais (Conselhos de Educação, Núcleos de Estudos e Fóruns).

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana estabelece como principais ações das Instituições de Ensino Superior (IES):

- a) Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à Educação para as Relações Étnico-raciais nos cursos de graduação do Ensino Superior, conforme expresso no §1º do art. 1º, da Resolução CNE /CP n. 01/2004;
- b) Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações étnico-raciais positivas para seus estudantes.
- c) Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei 11645/2008;
- d) Desenvolver nos estudantes de seus cursos de licenciatura e formação de professores as habilidades e atitudes que os permitam contribuir para a educação das relações étnico-raciais com destaque para a capacitação dos mesmos na produção e análise crítica do livro, materiais didáticos e paradidáticos que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e com a temática da Lei 11645/08;
- e) Fomentar pesquisas, desenvolvimento e inovações tecnológicas na temática das relações étnico-raciais, contribuindo com a construção de uma escola plural e republicana;
- f) Estimular e contribuir para a criação e a divulgação de bolsas de iniciação científica na temática da Educação para as Relações Étnico-raciais;
- g) Divulgar junto às secretarias estaduais e municipais de educação a existência de programas institucionais que possam contribuir com a disseminação e pesquisa da temática em associação com a educação básica (BRASIL, 2009, p. 30-31).

A abrangência das ações acima, que articulam a tríade ensino-pesquisa-extensão atribuem responsabilidades às IES com a formação docente na perspectiva de se constituírem espaços democráticos de produção e divulgação de conhecimentos que rompam com as bases do pensamento pedagógico clássico, que historicamente tem se pautado pelo silenciamento sobre a história e cultura afro-brasileira e africana.

A criação e/ou sanção dos dispositivos jurídicos-normativos para o currículo escolar tensiona a lógica de funcionamento do Estado brasileiro, instigando a construção de uma nova agenda e forçando atitudes políticas e debates públicos sobre as desigualdades na educação brasileira, na medida em que as políticas educacionais universalistas não

conseguem atingir a todas indistintamente. Do mesmo modo, as universidades são instadas a incluir na formação docente conteúdos que possibilitem aos professores abordar as questões referentes ao ensino da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição nas áreas social, econômica e política.

Frente às novas orientações curriculares examinamos a oferta de disciplinas e conteúdos que possibilitem discussões e estudos sobre as relações étnico-raciais em cursos de licenciaturas em SC. Para fins desse artigo foram tomados como objetos de análise os projetos pedagógicos dos cursos de História e Pedagogia de dez universidades catarinenses a fim de identificar quais as configurações curriculares que os cursos têm assumido em relação à educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Temos a compreensão que a análise do currículo apenas com base nos projetos pedagógicos e ementários pode não ser suficiente (SAVIANI, 2006), para se concluir sobre a inserção dos temas que investigamos, mas, nos permite problematizar as intencionalidades declaradas pelas instituições sobre a formação docente. Nesta perspectiva, com o apoio de Goodson (2011) consideramos que “o currículo escrito nos proporciona um testemunho, uma fonte documental, um mapa do terreno sujeito a modificações; constitui também um dos melhores roteiros oficiais para a estrutura institucionalizada da escolarização”. (GOODSON, 2011, p. 21)

Embora estejamos aqui tratando de um aspecto muito restrito do currículo que são os projetos pedagógicos e seus ementários e disciplinas, a concepção de currículo que adotamos é de que ele é um artefato social e histórico em constante transformação, onde distintos fatores se entrecruzam e determinam-se mutuamente, “com maior ou menor intensidade neste ou naquele período histórico, num ou noutro contexto (geográfico, político, econômico, social, cultural) contribuindo para conformar o perfil e definir o caráter do ensino e do currículo que a ele corresponda” (SAVIANI, 2006, p. 31). Esse processo de construção/transformação não é um processo lógico, mas um processo social, no qual estão envolvidos fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais, determinantes sociais, conflitos simbólicos e culturais, necessidades de legitimação e de controle, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, à raça, ao gênero (SILVA, 2011).

### **O lugar da educação das relações étnico-raciais e da história e cultura afro-brasileira e africana nos cursos de pedagogia e história em SC.**

As professoras Nilma Lino Gomes e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva há muito nos alertam que “quanto mais complexas se tornam as relações entre educação, conhecimento e cotidiano escolar; cultura escolar e processos educativos; escola e organização do trabalho docente mais o campo da Pedagogia é desafiado a compreender e apresentar alternativas para a formação dos seus profissionais” (GOMES e SILVA, 2002, p. 13). Contudo, quando o foco são as relações étnico-raciais percebe-se a pouca inserção desses conhecimentos na formação docente que acontece nos cursos de licenciaturas, evidenciando que se firmou nessas áreas um referencial analítico que não integra a dimensão racial como estruturante das relações sociais e das desigualdades.

Isso se evidencia na Resolução CNE/CP n. 1 de 18 de fevereiro de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura graduação plena quando estabelece em um único tópico e de modo generalista, que a organização curricular de cada instituição deve observar, entre outros aspectos, o preparo para “o acolhimento e o trato da diversidade”(BRASIL, 2002, Art. 2º).

Naquele contexto o debate sobre a docência, inclusive no campo aglutinador dos intelectuais das universidades brasileiras, a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE) não focalizou entre os temas abordados a questão das relações étnico-raciais na educação (PASSOS, ALMEIDA e SILVA, 2009). Diferentemente a Resolução CNE/CP n.1 de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura ao conceituar a “docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional” afirma que sua construção se dá “em relações sociais, étnico-raciais e produtivas” (BRASIL, 2002, Art. 2º §1º). A mesma Resolução chama a atenção para que o egresso do curso deverá estar apto a “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras” (BRASIL, 2006, Art. 5º, inciso X).

Como já anunciamos o estudo que apresentamos foi realizado em 2011 e resulta do exame dos projetos pedagógicos e ementários de dez Cursos de Pedagogia de História de distintas universidades de SC, que teve como propósito identificar a oferta de disciplinas e conteúdos que possibilitem discussões e estudos sobre as relações étnico-raciais. A análise dos ementários e dos projetos pedagógicos foi construída a partir da questão: de que forma as licenciaturas estão incorporando os conhecimentos sobre a educação das relações étnico-raciais e a história e cultura afro-brasileira e africana?

A seleção das Universidades seguiu o critério da distribuição regional pelo estado de SC e também a sua natureza jurídica: comunitária e pública. A busca das informações foi realizada nas páginas dos cursos. Assim, foram selecionadas 10 Universidades que oferecem o curso de Pedagogia e 10 que oferecem o curso de História.

Em relação ao curso de Pedagogia ainda que a Resolução CNE/CP n. 01/2004 preceitue que “as Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares nos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem aos afrodescendentes” (BRASIL, 2004, Art. 1º “§ 1º), das dez instituições analisadas, apenas cinco oferecem alguma disciplina com o foco na diversidade.

**Quadro 1:** Universidades que oferecem no Curso de Pedagogia Disciplinas ou conteúdos relativos à educação das relações étnico-raciais

| UNIVERSIDADE          | DISCIPLINA                                   | EMENTA   | CH         |
|-----------------------|--|--|------------|
| Uni1<br>(Comunitária) | Estudos<br>multiculturais                    | Conceituação e definição de cultura e multiculturalismo. Reflexão do cotidiano como produto e produtor de imagens relativas às relações vividas e experienciadas por sujeitos sociais diversos. A alteridade e suas múltiplas linguagens, expressas pela cultura no interior de um campo de poder através de formas sociais de exclusão e resistência. <b>Respeito à diversidade como um pressuposto ético essencial para a atuação docente em uma escola que se pretende democrática e inclusiva. Diversidade física, ideológica, psíquica, étnico-cultural e socioeconômica presentes no cotidiano escolar.</b> Diferença, Cultura, Diversidade e Alteridade referidos aos diferentes espaços de ação e de intervenção da prática educativa e da prática científica. | 30h/a      |
| Uni2<br>(Comunitária) | Educação e<br>antropologia<br>cultural       | Homem: Dimensão Filogenética e Ontogenética. Cultura: conceitos, evolução e construção. <b>Educação e diversidade cultural. Etnocentrismo e multiculturalismo. Identidade e diferenças na escola: família, etnia, religião e gênero.</b>   | 36 h/a     |
| Uni3<br>(Comunitária) | Educação<br>inclusiva                        | <b>Bases históricas da inclusão/exclusão social das diferenças.</b> O processo de aprendizagem das pessoas com necessidades especiais. Organização didático-pedagógica dos sistemas de ensino para a educação inclusiva. Língua Brasileira de Sinais e código Braille.   |            |
| Uni4<br>(Comunitária) | Módulo<br>Integrador<br>Educação<br>Inclusão | Educação de Jovens, Adultos e do Campo: Concepções do processo de alfabetização no Brasil contemporâneo. A educação popular e suas trajetórias. A diversidade: Fundamentos históricos, filosóficos, antropológicos e sociológicos da educação de jovens e adultos e do campo. Educação Étnico-Racial e Indígena: <b>A construção das relações étnico-raciais no Brasil e suas implicações educacionais. Noções de raça, racismo, identidade e etnia. Relações étnico-raciais e currículo. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-</b>  | 120<br>h/a |

|                |   |  |        |
|----------------|---|--|--------|
|                |   | <b>brasileira e Africana.</b> Pesquisas em relações étnico-raciais e indígenas: metodologias e tendências-   |        |
| Uni5 (Pública) | Educação dos negros no Brasil (OPTATIVA) –              | <b>Educação, relações sociais e os negros no Brasil.</b> Cultura e processos identitários. Escola, currículo e projetos pedagógicos para igualdade de oportunidades educacionais.  | 72 h/a |
|                | NADE – Práticas educativas e relações étnico-raciais    | <b>Educação, relações sociais e os negros no Brasil.</b> Espaços educativos, escola, currículo e projetos pedagógicos para igualdade de oportunidades educacionais.  | 54 h/a |
|                | Diferença, estigma e identidade                         | <b>Teorias modernas e contemporâneas sobre o juízo perceptivo de si e do outro. Introdução ao estudo sistemático dos conceitos vinculados com os processos de diferenciação individual e social</b> e sua repercussão no contexto escolar. Alteridade, Diálogo e Ética na Educação.  | 60 h/a |
|                | Organização dos Processos Coletivos do Trabalho Escolar | A gestão democrática como princípio didático-pedagógico. <b>O cotidiano escolar e a diversidade cultural.</b> A coordenação político-pedagógica da escola. A organização do trabalho escolar: linguagens, grupo, tempos e espaços. O planejamento da organização escolar. O projeto político pedagógico: a vida como prerrogativa. Os sujeitos da escola, suas divergências e seus consensos. Ética e gestão do cuidado na organização escolar.  | 72 h/a |
|                | Infância e Educação do Corpo                            | O corpo como cruzamento entre natureza e cultura. Corpos e formas de subjetivação. Infância, pensamento e contemporaneidade. Processos de institucionalização da infância. Escolarização do corpo. Infância, corpo, consumo. Políticas do corpo. <b>Infância, gênero, classe, etnia. Infância, corpo e produção social do preconceito.</b>   | 72 h/a |
|                | Educação de Jovens e Adultos                            | Processos educativos de jovens e adultos. Políticas e práticas educativas de EJA. Alfabetização e escolarização na EJA. Os sujeitos jovens e adultos. <b>Cultura, relações raciais e a EJA.</b> A juvenilização da EJA. Currículo, alternativas didático-pedagógicas e a Educação de Jovens e Adultos.   | 72 h/a |
|                | Língua Portuguesa e Ensino                              | A comunicação humana. O universo da oralidade e sua prática em ambientes escolares. Apropriação, desenvolvimento e produção da língua escrita nos anos iniciais. Práticas cotidianas de leitura e a formação de leitores. A interpretação de textos e a produção de sentidos. <b>O trabalho docente em relação à diferença e à diversidade.</b> Aspectos de variação e mudança linguística. Relações entre conhecimento linguístico e conhecimento gramatical. Relações da leitura e da escrita com outras linguagens e com as novas tecnologias. Língua e processos criativos: a expressão artística na infância. Prática como Componente Curricular. | 54 h/a |

**Fonte:** Projetos de Cursos e Ementários consultados nas páginas das Universidades. Sistematização da autora. (Grifos nossos)

O quadro acima revela que dois cursos abordam as questões étnico-raciais na perspectiva da cultura (Uni1 e Uni2). Nestas, os principais conceitos tratados são: multiculturalismo, diversidade, identidade, diferença e etnia.

Os cursos das Universidades 4 (comunitária) e 5 (pública) abordam diretamente as questões étnico-raciais: uma, desde o nome das disciplinas que oferece (Uni5) e a outra no ementário. Chama a atenção aqui ao esforço concentrado da Uni4 em oferecer em um único Módulo Integrador tantos temas complexos e em apenas 120 horas. Nesta há um Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) que pode ter influenciado na inclusão dos conhecimentos das relações étnico-raciais. No caso da Uni5 pode se perceber que há uma oferta mais generosa ao proporcionar que em sete disciplinas estejam contidos temas e conhecimentos sobre as relações raciais. Estas aparecem como diversidade cultural, diferenças e também explicitamente como educação das relações étnico-raciais. O diferencial da Uni5 em relação às demais Universidades se deve a um conjunto de fatores: a

participação de entidade do movimento negro no colegiado do curso de Pedagogia, à capacidade de articulação de uma docente do curso que atua na perspectiva da educação antirracista, a abertura do curso de pedagogia a novas possibilidades formativas<sup>12</sup>.

A Uni3 sugere no nome da disciplina um potencial da abordagem e na ementa até declara abordar “Bases históricas da inclusão/exclusão social das diferenças”, contudo, o que se percebe no conjunto da ementa é que a perspectiva de inclusão fica restrita às pessoas com deficiência.

Percebemos que a educação das relações étnico-raciais e a história e cultura afro-brasileira e africana ainda ocupam lugares periféricos no currículo dos cursos de pedagogia oferecidos em SC. A complexidade e a história das relações étnico-raciais no Brasil é que ainda motivam tamanha dificuldade na inserção e abordagem desses conhecimentos na formação docente.

Silva nos lembra que:

Há que se ter presente que, ao estudar história e cultura afro-brasileira e africana não se está somente aprendendo sobre personagens distantes, heróis já mortos, fatos que talvez pouco tenham a ver com o dia a dia dos alunos e seus professores. Está se tratando da história e cultura de pessoas presentes na sala de aula, com descendentes dos africanos escravizados e também com os dos que os escravizaram, também daqueles imigrantes europeus, que muito provavelmente não o soubessem, vieram para o Brasil, para substituir os trabalhadores escravizados, para ajudar a eliminá-los, “branqueando” e europeizando a nação. Estudar história e cultura afro-brasileira e africana implica descobrir fatos dolorosos não somente para os negros (SILVA, 2013, p. 3).

Nesta perspectiva, o currículo dos cursos de licenciaturas tem grande influência e valor na organização do trabalho pedagógico escolar, não somente porque organiza os conhecimentos a serem socializados pelos professores e apropriados pelos estudantes da educação básica, mas porque, nele estão implícitas, as escolhas, os silêncios, as disputas culturais, sociais e políticas que privilegiam determinados conhecimentos e culturas em detrimento de outros, neste caso, os conhecimentos referentes à história e cultura da

---

<sup>12</sup> Uma análise sobre o processo de institucionalização das disciplinas: Educação dos negros no Brasil, NADE – Práticas educativas e relações étnico-raciais e Diferença, estigma e identidade, pode ser encontrado em Passos, Almeida e Silva (2009).

população negra. Do mesmo modo, nele também estão presentes as possibilidades e contribuições para a superação das desigualdades.

|                       |  |   |            |
|-----------------------|--|---|------------|
| Un4<br>(Comunitária)  | História da África   | As civilizações africanas entre os séculos XVI e XIX. O impacto da colonização europeia e a escravidão. A presença das culturas islâmicas. A partilha do continente africano. As culturas africanas da atualidade.  | 72 h/a     |
| Uni5<br>(Pública)     | História da África   | <b>Estudo das diferentes estruturas sócio-políticas da África entre os séculos XVI e XX</b> , os processos de constituição dos sistemas coloniais e de descolonização e as formas de abordagens didático-pedagógicas.<br>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO <ul style="list-style-type: none"> <li>• A invenção da África</li> <li>• As estruturas sociais, econômicas e políticas</li> <li>• O colonialismo na África</li> <li>• Os processos de descolonização</li> <li>• <b>O ensino de História da África</b></li> </ul> | 60 h/a     |
| Uni6<br>(Comunitária) | Antropologia das sociedades indígenas e afrodescendentes no Brasil | A Antropologia no campo das ciências da sociedade. Etnocentrismo e relativismo. Natureza e cultura. <b>Identidade, diferença e diversidade sociocultural. Ideias de raça e relações Inter étnicas.</b> A Sociodiversidade da cultura indígena no Brasil. Aspectos da cultura Kaingang e Guarani no Oeste Catarinense, educação Indígena. <b>Racismos. Afrodescendentes no Brasil. Cidadania e políticas de ação afirmativa.</b>   | 72 h/a     |
| Uni7<br>(Comunitária) | História da África   | Não disponibilizada   | 60 h/a     |
| Uni8<br>(Comunitária) | História da Ásia e África Contemporânea                            | Não disponibilizada   | 72 h/a     |
| Uni9<br>(Comunitária) | História da Humanidade II  | O Feudalismo. A economia e a propriedade na sociedade feudal. A expansão Árabe. Os reinos Germânicos. <b>Os reinos Africanos.</b>   | 45 h/a     |
|                       | História da Humanidade VI  | Ditadura Pós II Guerra Mundial. <b>A descolonização da África. Apartheid.</b> Regimes Socialistas e Capitalistas.   | 60 hora(s) |
|                       | História do Brasil I   | As sociedades indígenas. A ocupação do Brasil pelos portugueses e o processo colonizador. <b>A cultura afro no contexto colonial e imperial.</b> Sociedade e cultura no Brasil Imperial. Crises do Estado Monárquico.   | 45 h/a     |
|                       | História do Brasil II  | A crise do Estado monárquico, o processo republicano. A primeira república. Os movimentos sociais na 1ª República. <b>Problemática do negro liberto.</b>  | 60 h/a     |
|                       | História do Brasil III   | O Brasil pós-30. O populismo. As ditaduras na   | 30 h/a     |

|                       |   |   |        |
|-----------------------|---|---|--------|
|                       |   | História Brasileira. Guerra Fria e Regimes Totalitários. Redemocratização. <b>Movimentos Negros</b> . Desafios e perspectivas no mundo do trabalho e da educação.   |        |
| Un10<br>(Comunitária) | História da África                                | <b>As sociedades primitivas africanas</b> . As grandes civilizações do Nilo. <b>A influência da Religião Islâmica sobre a África</b> . Colonização europeia e escravidão negra. Processo de descolonização. <b>Apartheid. A África no mundo contemporâneo</b> . | 60 h/a |
|                       | História dos movimentos sociais no Brasil         | <b>Movimentos sociais rurais e urbanos no Brasil</b> . Período colonial, imperial e republicano.  | 30 h/a |
|                       | História dos movimentos sociais na América Latina | Teorias explicativas dos movimentos sociais. Movimento operário. Movimentos sociais no campo. Movimentos sociais urbanos. <b>Movimentos das minorias</b> . Movimentos revolucionários.  | 30 h/a |
|                       | História, escravidão e pós-abolição (optativa)    | Não disponibilizada   | 60 h/a |
|                       | História e Cultura afro-brasileira                | Não disponibilizada   | 60 h/a |

**Fonte:** Projetos de Cursos e Ementários consultados nas páginas das Universidades. Sistematização da autora. (Grifos nossos)

Nos cursos de História o exercício foi semelhante ao realizado com os projetos pedagógicos dos cursos de Pedagogia. Dez cursos de Universidades distintas foram analisados.

Dos dez cursos analisados sete oferecem a disciplina História da África, sendo que um dos cursos oferece compartilhada com História da Ásia(Uni8). A primeira vista isso parece animador, porém, quando se adentra aos ementários vamos perceber que a maioria dos conhecimentos anunciados remete à história antiga o Continente Africano (Uni1,3,4, e 10).

A África contemporânea é abordada em Uni1,3,4 e 10. Chama a atenção que as ementas da Uni 1 e Uni 10 são exatamente iguais. A Uni3 e a Uni9 se propõem a discutir a África na disciplina História da Humanidade.

Sobre a história da população negra brasileira encontramos temáticas respectivas em disciplinas sobre a História do Brasil, com ênfase no período escravista, onde o negro é tratado apenas como mão de obra escrava. Uma instituição se propõe a tratar o movimento negro (Uni9), demonstrando a possibilidade de discutir as resistências negras e o

negro como sujeito da e na história. A Uni10 apresenta as disciplinas “História dos movimentos sociais no Brasil” e “História dos movimentos sociais na América Latina”, mas, em nenhuma delas explicita o Movimento Negro ou o Movimento Quilombola como conteúdo, embora nomeie outros movimentos (rurais, urbanos, operário, revolucionários) e apresente um tópico como “movimento das minorias”, o que pode sugerir que o movimento negro esteja incluído neste último. Destaca-se o fato de a Uni5 apresentar como conteúdo o ensino da História da África. A Uni6 apresenta as “Políticas de ações afirmativas” como um dos tópicos a ser estudado. Três Universidades (Uni7,8 e 10) não disponibilizavam em suas páginas, no momento da consulta, os ementários das disciplinas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana apresentam orientações detalhadas acerca dos conhecimentos a serem abordados por isso, não se justifica mais que os cursos de licenciaturas negligenciem com esses saberes. Não se trata de mudar a perspectiva etnocêntrica e eurocêntrica que tem marcado o ensino da história por uma perspectiva africana, mas, de “ampliar a o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira” (idem, p. 17), incluindo também “as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos” (ibidem). Neste sentido,

Políticas curriculares de combate ao racismo são basilares para superar mentalidade monocultural, informada por preconceitos contra grupos que a sociedade mantém a sua margem e denomina de excluídos, impede de compreender a diversidade de experiências, de visões de mundo. O grande desafio para reconhecer, respeitar, valorizar a diversidade própria de sociedades multiculturais está em ir muito além de simplesmente admitir que há diferenças sociais e raciais entre grupos e pessoas (SILVA, 2005, s.p.).

O Art. 26A acrescido à LDB 9394/96, mais do que “a inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecidas nas escolas” (ibidem). Estes além de ampliarem as perspectivas de estudos permitem que as dimensões históricas, sociais, antropológicas

contribuam para que a população negra se reconhecer e ser reconhecida na cultura nacional.

### **Considerações finais**

A intenção desse texto foi apresentar, ainda que brevemente, um olhar sobre os cursos de História e Pedagogia em vigor no estado de Santa Catarina, na perspectiva de identificar como a educação das relações étnico-raciais e a história e cultura afro-brasileira e africana estão sendo anunciadas nos projetos pedagógicos dos referido cursos.

No exercício realizado foi possível perceber que nos cursos de Pedagogia as questões étnico-raciais ainda estão na periferia das disciplinas, quer seja pela generalidade de sua abordagem, quer seja pela carga horária insignificante para tais discussões. No caso de apenas uma universidade foi possível identificar disciplinas variadas com conteúdos relacionados aos conhecimentos focalizados aqui. Nos cursos de História ficou mais evidente a presença dos conhecimentos, nas disciplinas história da África ou nas disciplinas História do Brasil, ainda que com o predomínio da história antiga e do período escravocrata. E a boas novidades são as iniciativas de discutir o movimento negro e as formas de abordar didático-metodologicamente o ensino de história da África.

É preciso lembrar que não é possível falar em democratização e universalização da educação básica sem levar em conta a inserção nas licenciaturas de conhecimentos que permitam aos professores a compreender as relações étnico-raciais na sociedade brasileira e a história e cultura afro-brasileira e africana; as desigualdades escolares entre negros e brancos; o racismo que também se manifesta na instituição escolar e nos conhecimentos escolares que ainda se pautam por uma base eurocêntrica e colonizadora.

Gomes (2011) considera uma “situação de desequilíbrio” a discussão das questões étnico-raciais na formação inicial de professores. Em via de regra, essas questões não têm ocupado um lugar relevante nos currículos e são por isso, secundarizadas, mesmo quando os projetos pedagógicos das licenciaturas são reformulados. Para Gomes (2011, p. 43), “as análises presentes nas diferentes disciplinas curriculares dos currículos de licenciatura e pedagogia ainda tendem a privilegiar os conteúdos desconectados dos sujeitos, a política educacional sob o enfoque e seus processos de regulação, e as

metodologias do ensino sem conexão com os complexos processos por meio dos quais os sujeitos aprendem”. Contudo, mais do que criar disciplinas e inserir novos conteúdos a introdução da educação das relações étnico-raciais e a história e cultura afro-brasileira e africana nas licenciaturas exige uma “mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico” (GOMES, 2012. p.105).

## Referências

- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Lei 10639** de 09 de janeiro de 2003.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1** de 18 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n.1** de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**, 2005.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução N.º 1** de 17 de junho de 2004.
- \_\_\_\_\_. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: SEPP/IR; MEC/SECAD, 2009.
- CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio da escola**. São Paulo: Contexto, 2000.
- DÁVILA, J. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- GOMES, N.L. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. In: FONSECA, M.V.; SILVA, C.M.N.; FERNANDES, A. B. **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. p 39-60.

GOMES, N.L. Relações étnico-raciais, educação, descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**. v. 12, n. 1, jan/abr, 2012. P. 90-109. Disponível em:

<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 05 Dezembro 2012.

GOMES, N.L.; SILVA, P.B.G. O desafio da diversidade. In: GOMES, N.L.; SILVA, P.B.G. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 13-34.

GOODSON, I.F. **Currículo: teoria e história**. Trad. Atílio Brunetta. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIMA, I.C. **Uma proposta pedagógica do movimento negro no Brasil: pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo**. Doutorado em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MOYSES, M. A. A. **Fracasso Escolar: uma questão médica?**. **Idéias**. Campinas, SP. UNICAMP, v. 1, p. 1, 1989.

PASSOS, J. C.; SILVA, V. B. M.; ALMEIDA, J. N. Relações étnico-raciais no Brasil e formação acadêmica: uma experiência de debate. In: CARVALHO, D.C; LATERMAN, I.; GUIMARÃES, L.B.; BORTOLOTO, N. (Org.). **Experiências pedagógicas com o ensino e formação docente: desafios contemporâneos**. 1 ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin Editores, 2009, v. 01, p. 145-168.

PASSOS, J. C. O projeto pedagógico escolar e as relações raciais: a implantação dos conteúdos de história e cultura afrobrasileira e africana nos currículos escolares. In: SILVA, V.B.M; SPONCHIADO, J.I.(Org.). **Contribuições para a educação das relações étnico-raciais**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008, p. 15-24.

PASSOS, J.C.; SILVA, V.B.M. Contribuições do Núcleo de Estudos Negros na construção e formulação da Pedagogia Multirracial e Popular. In: NOGUEIRA, J.C.; PASSOS, J.C.; SILVA, V.B.M. **Negros no Brasil: política, cultura e pedagogias**, 2010, p. 65-82.

RODRIGUES, T. C. **A ascensão da diversidade nas políticas educacionais contemporâneas**. São Carlos, SP. Doutorado em Educação, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. Relações Raciais e rendimento escolar no Estado de São Paulo. In: **Cadernos de pesquisa**, nº 63. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1987. p.19-23.

\_\_\_\_\_. Raça e educação inicial. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 77, 1991.

\_\_\_\_\_. Educação infantil: classe, raça e gênero. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 96, 1996.

\_\_\_\_\_. Expansão da Educação Infantil e processos de exclusão. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, nº107, p. 7- 40. 1999.

SANTOS, S.A. A Lei 10639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10639/03**. Brasília:DF; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 21-38.

SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática**: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SILVA, A.C. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador, BA: Editora da UFBA, 1995.  
\_\_\_\_\_. **A desconstrução da discriminação no livro didático**. Salvador. Editora da UFBA, 2001.

SILVA, P.B.G. 10 anos da Lei n. 10639/03: um olhar crítico-reflexivo. In: **Seminário Virtual Nacional**: História e cultura africana e afro-brasileira na escola. Disponível em:<[http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2696&Itemid=835](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2696&Itemid=835)>. Acesso em:13 Maio 2013.

SILVA, P. B. G. Políticas curriculares para combater o racismo. **A Página da Educação**.Edição n. 150, ano 14, nov. 2005. Disponível em <<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=150&doc=11169&mid=2>>.Acesso em:20 Dezembro 2012.

**RECEBIDO EM 10 DE MAIO DE 2013.**

**APROVADO EM 10 DE AGOSTO DE 2013.**